

Uma questão de ética

O GLOBO

- 6 ABR 1988

"Todas as profissões constituem uma conspiração contra os leigos. (Bernard Shaw em "O dilema do médico")"

ALOYSIO CAMPOS DA PAZ, JR.

Se a medicina afeta cada um tão intensamente na própria privacidade, a crítica de Bernard Shaw à prática médica assume proporções trágicas.

"Liberdade envolve responsabilidade, e por isso muitas pessoas têm medo dela" (Bernard Shaw). Liberdade clínica também significa responsabilidade, e por isso tantos médicos recusam-se a enfrentar e encarar as suas implicações. A verdadeira e dura definição de liberdade clínica inclui a responsabilidade embutida de escolher prioridades dentro da totalidade do tratamento.

Mais que uma discussão de democracia nessa prática superpõe-se àquela de David Owen, ex-Ministro da Saúde da Inglaterra: "Ao ser criado o Sistema Nacional de Saúde inglês, a sociedade colocou no centro das discussões a necessidade de se dissociar do trabalho médico o componente lucro."

A prática médica pertence ao setor de serviços da economia e não pode ser conduzida pelas regras do setor produtivo. Aqui, lida-se com gente e a matéria bruta é a vida humana. "Gado a gente mata, corta e come; mas com gente é diferente" (Geraldo Vandré).

O jornal médico "Lancet" publicava há quase meio século, referindo-se ao Sistema Nacional de Saúde: "Esse novo sistema confere um grande benefício à Medicina, por diminuir o elemento comercial em sua prática. Agora que todos têm o direito a tratamento médico pleno, o médico pode planejar o tratamento, sem pensar em seu pró-

prio lucro, ou no prejuízo do paciente, e pode dirigir seus esforços de acordo com a prioridade médica."

O resgate dos direitos dos indivíduos é a principal virtude de um sistema que não diferencie o atendimento do pobre, do remediado e do rico e procure prover seus serviços baseado em critérios técnicos e não econômicos. A oração do médico de Sir Robert Hutchison (1871-1960) coloca as coisas no lugar: "O bom Deus nos livre da incapacidade de se deixar a cura ocorrer naturalmente; do excessivo zelo pelo que é novo e da displicência com o que é velho; de se colocar conhecimento antes de sabedoria, ciência antes de Arte e a espartezza antes do senso comum; de se tratar pacientes como casos e de se fazer o tratamento da doença mais doloroso que o sofrimento que ela produz."

Não é surpresa que pagamentos de cirurgia, tipo item por serviço, gerem uma maior tendência para a intervenção cirúrgica.

Essas nos parecem ser as questões principais quando nos voltamos para a avaliação do Setor Saúde no Brasil. O sucateamento da rede pública, estimulada pelo subsídio governamental à rede privada e a frouxidão das regras que liberam a formação de médicos no País, junta-se à indefinição dos limites de lucros em modelo onde o sucesso é identificado com a capacidade de se ganhar dinheiro.

A Questão Saúde tem de ser analisada pelo plano ético e não econômico.

A Constituição do Brasil, 1988, diz:

"Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

"Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I — descentralização, com direção única em cada esfera de governo. (...) "

O processo de descentralização só poderá beneficiar a população brasileira se for acompanhado da implantação de uma rede de hospitais federais que sejam qualificados a partir de critérios objetivos e que tenha a finalidade de, prestando serviços, ser o espaço onde a competência gera a norma, que regula a prática. Sem a norma técnica, "o que fazer, o como fazer e o por que fazer", a descentralização será recurso pulverizado.

A organização hierarquizada de um sistema de saúde, em qualquer lugar do Mundo e em qualquer sistema político, é feita a partir de critérios que respeitam a competência, e não a filiação partidária. O resto é assembléismo, que pode ter ressonância em ano eleitoral, mas não resolve os problemas objetivos do cidadão que procura um hospital.

Aloysio Campos da Paz, Jr. é Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais e cirurgião-chefe do Hospital Sarah de Brasília.